**PREZADOS IRMÃOS:**

Em concordância com o estabelecido no Compromisso que rege a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e aprovação da Assembleia-Geral de Irmãos, o Relatório de Atividades e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2021.

1 – Introdução

A prestação de contas é consubstanciada no presente Relatório de Atividades, nas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), com o Parecer do Conselho Fiscal, e a Certificação Legal das Contas emitida pela “Armando Costa, Serra Cruz, Martins e Associados, SROC”.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão tem por:

Missão

A Santa Casa tem como missão original a melhoria do bem-estar da pessoa no seu todo a nível biológico, social, psicológico, cultural e espiritual. A prioridade da sua ação social é ajudar os mais desprotegidos promovendo a sua qualidade de vida. Orienta-se por questões morais e religiosas baseadas na simplicidade, nos bons conselhos, consolar os que sofrem, na promoção das atividades de cariz religioso e questões de apoio material como a cura e a assistência aos doentes ao nível das suas necessidades básicas. A ação da Santa Casa tem vindo a alargar-se sendo esta pioneira na procura de novas respostas sociais.

Visão

A Santa Casa pretende manter-se como instituição de referência no concelho de Vila Nova de Famalicão na oferta de respostas e de soluções integradas no âmbito da solidariedade social.

Valores

Solidariedade – apoio aos mais desprotegidos

Competência – atuação multidisciplinar em várias áreas de apoio social com equipas de trabalho bem organizadas e distribuídas por diferentes áreas de atuação.

Modernidade – aposta na reorganização e na reestruturação dos espaços e pessoas, na preparação dos colaboradores para o presente e para o futuro.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão prossegue a sua missão, orientada para dar continuidade a projetos ligados a objetivos inseridos dentro do apoio aos mais necessitados e carenciados, não deixando de apoiar a inclusão social na sua interligação com outras instituições, entidades públicas e privadas, Delegação de Braga do Centro Distrital da Segurança Social, em parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, com a Dar as Mãos – Associação de Solidariedade de Vila Nova de Famalicão e com a Residência Pratinha.

O ano de 2021 continuou a restringir algumas atividades devido à pandemia da COVID-19, salientando-se a Semana das Misericórdias e a Semana Santa, mantendo-se a atividade cultural através da promoção de iniciativas online.

A área mais afetada foi a social, cujo confinamento dos utentes nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas limitou consideravelmente a sua vida, quer na convivência habitual, quer principalmente com as suas famílias. Os Centros de Dia continuaram encerrados até ao fim do 1.º trimestre do ano, e as respostas sociais de infância (creches, jardins de infância e CATL) encerraram de 22 de janeiro a 14 de março.

Dentro do espírito da economia social, a Santa Casa manteve objetivos de rentabilidade para atenuar os prejuízos ocorridos nos últimos anos, tornando a gestão equilibrada e sustentável, sem deixar de alavancar a manutenção e modernização do património, nomeadamente os equipamentos sociais, dando-lhes mais qualidade e eficiência. A utilização de recursos mais eficientes tornou possível desenvolver, expandir e adaptar de forma mais eficaz a nossa oferta de serviços, adequando-os às necessidades dos nossos utentes.

É de toda a justiça, a Mesa Administrativa deixar uma palavra de reconhecimento e conforto a todos os funcionários, permitindo que destaque os das Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, devido aos constrangimentos da pandemia, assim como a quem acompanha, no dia-a-dia, esta situação gravosa e imprevisível.

A visão que traçamos, e que continuamos a percorrer, permitiu que sejamos hoje uma Instituição de referência a nível regional, reconhecida no setor em que atuamos. As pessoas são a expressão mais alta e mais nobre do melhor que fazemos na Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão. É com este compromisso que renovamos o nosso empenho em prosseguir uma estratégia de sustentabilidade, que garanta a nossa afirmação enquanto vetor distintivo no sector em que atuamos e enquanto Instituição socialmente responsável, contribuindo de forma ímpar para a melhoria e desenvolvimento da comunidade e das pessoas que servimos, diariamente, através da nossa presença, por um presente e futuro cada vez mais sustentável.

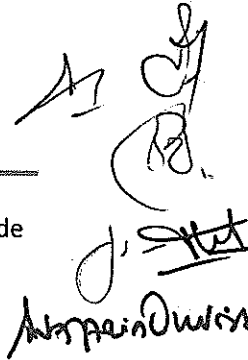
2 – A Misericórdia de Vila Nova de Famalicão e a economia portuguesa

A economia portuguesa continuou a viver sob o condicionalismo da pandemia da COVID-19. Depois de um início de ano de 2021 com a economia fechada e com uma mortalidade acentuada, a campanha de vacinação em Portugal constituiu um sucesso coletivo. O ano finalizou de novo em pressão por uma nova variante de COVID, mas agora com um impacto muito mitigado em termos de mortalidade. A expectativa, e após dois anos de grandes restrições, é que a pandemia da COVID-19 seja considerada uma endemia.

O contexto económico é marcado por um crescimento do PIB em 2021 que se estima próximo dos 5% e com uma previsão para 2022 de um progresso de 5,8%. A performance que se regista é fruto da grande quebra da economia em 2020, que atingiu um recorde histórico negativo. A economia estará assim no ano em curso de 2022 a retomar o nível do PIB de 2019.

A taxa de desemprego apresentou índices baixos. O nível de emprego encontra explicação pela economia mais exportadora, com as empresas portuguesas a já terem ultrapassado o nível de exportações de 2019. Pela negativa, a dificuldade da indústria do turismo, que só com um apoio público massivo conseguiu manter o nível de emprego.

No contexto internacional, a atenção está na escalada dos preços da energia, com um potencial impacto na economia social. Além da energia, a escassez de diversas matérias-primas e uma escalada dos preços marcaram este último ano. Não é assim de estranhar, o



registo de uma inflação que avança na Europa a um ritmo que já não era conhecido há mais de 20 anos, apesar de em Portugal ter permanecido em 2021 num registo inferior a 2%.

3 – A Misericórdia de Vila Nova de Famalicão e a Irmandade

Ocorreram duas Assembleias Gerais Ordinárias em 2021:

- 1) A 30 de junho para apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas, do Relatório de Atividades e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2020;
- 2) A 29 de Novembro para apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento de Exploração Previsional e Investimentos para o ano de 2022, e do respetivo Parecer do Conselho Fiscal;

Registamos a 31 de dezembro de 2021, um total de 955 irmãos ativos. No cumprimento das regras de distanciamento social e isolamento decretadas pelos diversos estados de emergência as Comemorações da Semana das Misericórdias e da Semana Santa não se realizaram como habitualmente ocorria em anos anteriores. Foram, apesar disso, atribuídas medalhas de prata e ouro aos irmãos com respetivamente 25 e 50 anos de Irmandade.

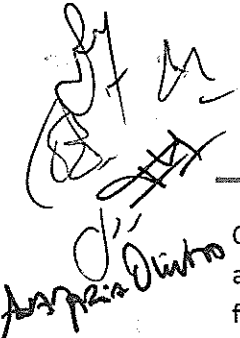
4 – Atividades e Serviços Sociais

A Santa Casa continuou a demonstrar uma enorme resiliência, sofrendo um brutal impacto na sua atividade assistencialista, tanto aos mais idosos como às crianças. As restrições às visitas dos mais idosos constituiu um grande desafio para as organizações e seus profissionais. A conjuntura internacional e a pandemia foram acompanhadas por um significativo acréscimo de gastos, nomeadamente ao nível dos recursos humanos, de equipamentos de proteção individual, com a adaptação dos serviços, criando a exigente tarefa de uma correta otimização de recursos.

Todas as atividades foram revistas e reestruturadas, em estrita obediência às orientações emanadas pelas autoridades do SNS e às boas práticas que se foram conhecendo, como resposta à pandemia e ao seu impacto na população fragilizada e vulnerável. A situação pandémica afetou transversalmente todos os serviços prestados pela Misericórdia, acarretando desafios e esforços internos extraordinários para dar continuidade à prestação de serviços. Impuseram-se exigências de adaptabilidade, criatividade e resiliência dos serviços perante os diversos contextos, que todos souberam abraçar com o espírito de missão humanista que caracteriza a Instituição.

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão apoiou em média, 420 utentes, distribuídos pelas respostas sociais de apoio a crianças e idosos. O Programa de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais forneceu cerca de 35 refeições dia, maioritariamente confeccionadas na Creche e Jardim-de-Infância N.º Sr.ª da Lapa.

Verificou-se uma adaptação das metodologias de trabalho e de comunicação com maior recurso a meios digitais. As tecnologias estão já integradas na nossa prestação de serviços. Nas atividades com os utentes, sempre que possível, é privilegiado o contacto tecnológico. A adaptação dos serviços às exigências impostas pelo contexto COVID, fez-se com o objetivo de satisfazer as necessidades e expectativas dos utentes, desenvolver as suas potencialidades e promover a sua qualidade de vida.



Os colaboradores asseguraram sempre os cuidados necessários aos utentes, especialmente aos mais vulneráveis (alterações de horário em detrimento da sua vida pessoal, mobilidade funcional entre as respostas sociais, adesão a formação, essencialmente online e interna, para melhorar as práticas diárias de mitigação da COVID-19), garantido a máxima segurança, sem perda de qualidade e com o máximo de satisfação de todas as partes.

5 - Séniores



5.1 Lar S. João de Deus

Estabelecimento com as respostas sociais de ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas com capacidade para 90 utentes, de Centro de Dia com capacidade para 20 utentes, de SAD – Serviço de Apoio Domiciliário com capacidade para 18 utentes, e a Residencial Rainha D. Leonor, com capacidade para 12 pessoas.

A admissão de novos utentes ao nível da ERPI conseguiu suprir a trágica redução ocorrida no final de 2020 e também no início do ano 2021, acabando o ano com um bom resultado, e a trabalhar no máximo da sua capacidade. O hiato entre entradas e saídas apresentou-se bastante positivo.

A relação dos utentes com as famílias, e das famílias com a Instituição deixou de ocorrer única e exclusivamente através de meios tecnológicos, iniciando-se as visitas por agendamento.

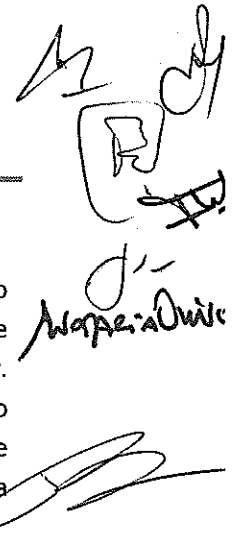
O Lar S. João de Deus continua a dar o seu contributo social e humano no combate à pandemia por Covid 19. No entanto, aprendemos com a prática e com o seu longo tempo de duração, que permitiu à nossa Instituição tomar decisões mais acertadas e otimizar os recursos de forma mais precisa e detalhada. Destacamos a redução de custos ao nível da aquisição de bens e serviços, com material de proteção e ainda ao nível das despesas de conservação e reparação.

Por outro lado, o aumento do valor das pensões de velhice dos utentes, o aumento dos valores recebidos através da “comparticipação familiar” dos familiares dos utentes, o pequeno aumento não menos importante, devido ao acordo de cooperação com a CDSS de Braga justificam o aumento das receitas ocorrido nesta resposta social.

5.2 Centro de Dia do Lar S. João de Deus

Não obstante, as situações provocadas pelo contexto pandémico que em muito restringiram o seu normal funcionamento e desenrolar das respetivas atividades, procuramos desenvolver a sua dinâmica, ao longo do ano, de acordo com o plano de atividades estabelecido, tendo sempre presente a satisfação das necessidades e expectativas dos utentes aí residentes e a promoção da sua qualidade de vida e bem-estar.

Apesar do período de encerramento no início do ano de 2021 e da quebra na frequência dos utentes, os valores recebidos através das prestações de serviços e do acordo de cooperação, manteve-se em linha com o ano de 2020. Com a pandemia, esta resposta social em algumas situações tornou-se num SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, por via do risco que lhe está inerente. É o serviço que mais exposição apresenta, pelo que todas as regras sanitárias foram rigorosamente cumpridas.



5.3 Serviço de Apoio Domiciliário

Num contexto pandémico em que vivemos, o Serviço de Apoio Domiciliário revelou-se o serviço de maior proteção e resguardo para os seus beneficiários, uma vez que no conforto de suas casas beneficiavam dos cuidados básicos e necessários à prossecução do bem-estar. Paralelamente, as famílias sentem-se seguras e protegidas pois os seus familiares tinham o serviço de alimentação, higiene pessoal, cuidados de enfermagem, fisioterapia, tratamento de roupa, apoio psicossocial e outras atividades. Salienta-se a continuidade do apoio prestado a alguns “sem-abrigo” do concelho.

No entanto, as implicações provenientes da pandemia afetaram as dinâmicas e rotinas diárias dos colaboradores, quer pela exposição ao risco de contágio, quer pela dificuldade de aquisição de competências, provocando alguns constrangimentos que os nossos serviços tiveram a capacidade de gerir.

5.4 Residencial Rainha D. Leonor

Ao nível da gestão a Residencial Rainha D. Leonor apresenta uma regularidade e equilíbrio notáveis, ao longo dos últimos anos. Revela-se um bom exemplo de como uma correta otimização de recursos cimenta a obtenção de ganhos. Realçamos a regularidade e robustez que esta valência adquiriu.

5.5 Lar Jorge Reis - ERPI

O Lar Jorge Reis com capacidade para 70 utentes, apresentou um equilíbrio inédito ao nível de entradas e saídas de utentes. As receitas operacionais apresentam um ligeiro crescimento, motivado pelo aumento das mensalidades dos utentes e da comparticipação familiar das famílias, pela celeridade no ato de admissão, e pelo aumento dos valores recebidos por via da comparticipação do CDSS Braga.

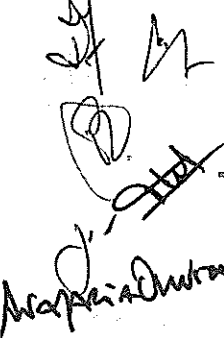
Ao longo do ano, procuramos desenvolver as atividades de acordo com o plano estabelecido, com o objetivo de promover a qualidade de vida e bem-estar dos utentes aí residentes. Toda a equipa desenvolveu esforços para a concretização dos objetivos delineados de modo a minorar os efeitos das restrições sanitárias impeditivas de uma concretização plena de todos os anseios e vontades dos utentes. Houve uma preocupação em ajustar as atividades e os serviços prestados de forma a promover o envelhecimento ativo, a qualidade de vida, bem-estar e conforto, em alinhamento com a promoção do convívio interinstitucional e intergeracional e com o desenvolvimento sociocultural, recreativo e lúdico. Foram realizados esforços para proporcionar atividades aos utentes, de forma inovadora e criativa, obedecendo sempre às regras de segurança sanitária.

A cozinha deste equipamento, além do Lar, fornece refeições à Creche e Jardim de Infância N.ª S.ª da Guia e também para o exterior. Em 2021 foram faturadas à Residência Pratinha – 14.632 refeições, valor que compara com as 12.008 refeições fornecidas em 2020.


6. Infância

6.1 Creche e Jardim de Infância N.ª Sr.ª da Lapa e CATL Joaquim Pereira da Silva

Este equipamento é composto pelas respostas sociais de Creche, Jardim-de-Infância e Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), que convergem na prestação de vários cuidados, tanto às crianças da comunidade, como aquelas que se vêm privadas de se desenvolver em



ambiente familiar. Cada criança é única, bem como as suas famílias, com os seus saberes, experiências e vicissitudes. Esta é a nossa grande preocupação, que características e necessidades sejam respeitadas por toda a equipa pedagógica e todos os intervenientes que têm, de uma forma ou de outra, uma intervenção direta ou indireta, e que as nossas famílias criem com a creche um vínculo de confiança e satisfação e se sintam acolhidas e respeitadas. Assim, todas as ações e estratégias levadas a cabo pretendem contribuir para a qualidade de vida de todos os utentes, proporcionando-lhes um espaço de partilha, união e comunhão de valores orientados para uma vida plena de autonomia e socialmente responsável.



Verificamos um equilíbrio relativamente ao ano anterior no que concerne ao número de utentes. As receitas obtidas, ao nível de comparticipação familiar, apresentam um aumento médio mensal muito ligeiro, em virtude da alteração das tabelas de comparticipação familiar.

No encerramento regulamentado pelo estado de emergência, no período de 22 de janeiro a 14 de março, a Santa Casa suspendeu o pagamento de mensalidades a todas as famílias, pelo período de um mês, e aplicou os respetivos descontos de ausência para os meses de janeiro e março. Após este período, as frequências dos utentes pautaram-se por longos períodos de ausência, justificados pelo elevado número de casos Covid-19 nas crianças e nos seus familiares, que originaram muitos isolamentos.

O CATL conseguiu atingir os patamares de frequência condizentes com anos anteriores à pandemia, e atingiu o equilíbrio ao nível das frequências. Mantém-se o constrangimento ao nível do acordo de cooperação, dado o desajuste entre o mesmo, nos diversos tipos de CATL, e as necessidades dos utentes que procuram a Instituição. A rigidez do acordo de cooperação provoca perda de receita.

Ao nível da infância, o ano 2021 continuou manchado pela pandemia, essencialmente nos constrangimentos causados no desenvolvimento das crianças, quer ao nível social e comportamental, como psíquico.

No ano 2021, salientamos a renovação do recreio e pavimentação do exterior de todas as respostas sociais. Uma obra que garante modernidade e segurança a todos os utentes e mais capacidade para a captação de atividades diferenciadas e criativas.

6.2 Creche e Jardim-de-Infância N.º Sr.ª da Guia

Este equipamento é composto pelas respostas sociais de Creche e Jardim-de-Infância. Apresenta uma lotação no limite da sua capacidade, ou seja, 33 crianças em creche e 23 crianças no pré-escolar. Apesar das dificuldades financeiras existentes por ausência de acordo de cooperação do pré-escolar, acentuada pela falta de dotação orçamental do CDSS Braga e todas as implicações inerentes, este equipamento continua a apresentar-se como uma solução fundamental para as famílias e comunidade do contexto geográfico onde está inserida.

A evolução da frequência dos utentes nas respostas sociais apresentou-se mais equilibrada em comparação com a Creche e Jardim de Infância N.º S.ª da Lapa, principalmente nas ausências de utentes e respetivas reduções de mensalidade. As receitas aumentaram ligeiramente em função das alterações introduzidas ao nível das tabelas de comparticipação familiar, permitindo reduzir prejuízos operacionais. No encerramento regulamentado pelo estado de emergência, no período entre 22 de janeiro e 14 março, a Santa Casa suspendeu o pagamento

de mensalidades a todas as famílias, para o mês de fevereiro, e nos meses de janeiro e março foram aplicadas as taxas de redução de frequência previstas em regulamento.

Ao contrário da Creche e Jardim de Infância N.º S.º da Lapa, este equipamento não tem cozinha própria dada a proximidade do Lar Jorge Reis que assegura o fornecimento dos almoços a todos os utentes e colaboradores.

7. Apoio à Comunidade/Cantinas Sociais

A Instituição continuou a sua intervenção na redução das assimetrias sociais, desenvolvendo um trabalho em rede com as demais entidades (gabinetes de ação social da Câmara Municipal, da Segurança Social, e essencialmente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Famalicão e Calendário).

O Programa de Emergência Alimentar – Cantinas Sociais a funcionar desde junho de 2012, é uma resposta às situações de carência económica e social. Assume-se como uma forma de redistribuição de rendimentos através da provisão de refeições a famílias carenciadas. Tem como público-alvo as famílias que cumpram os critérios de admissão, com efeitos imediatos à vaga existente. As refeições são disponibilizadas às famílias a título gratuito durante todo o ano, fornecendo uma refeição diária por elemento de cada agregado familiar.

O equipamento com maior participação neste apoio à comunidade tem sido a Creche e Jardim-de-Infância N.º Sr.º da Lapa, representando 90% do número de refeições confeccionadas. Em 2021, foram servidas em média 35 refeições por dia.

8- Recursos humanos

Sempre que possível, a Misericórdia utiliza o recurso à mobilidade interna dos colaboradores, mantendo assim a linha orientadora seguida nos anos anteriores de contenção e otimização dos recursos humanos, ajustada à necessidade da prossecução da atividade prestada. A mobilidade interna dos efetivos, excetuando nos casos em que não é possível devido à especificidade das funções, visa também encontrar a colocação mais adequada à situação do colaborador, conciliando com o superior interesse do normal funcionamento dos serviços, dentro de uma flexibilização das funções dos recursos humanos.

Em 2021, assistimos a um elevado fluxo de entradas e saídas de colaboradores, apresentando - se em média 170 colaboradores ao serviço por mês. As admissões efetuadas visaram a substituição de colaboradores em situação de ausência prolongada, colmatar a falha decorrente de saídas, responder aos desafios dos novos projetos sociais e reforçar a resposta crítica face à COVID-19. Por outro lado, lamentamos a elevada dificuldade na contratação de pessoal com vocação e compromisso para abraçar projetos de trabalho ao nível do terceiro setor, criando dúvidas e desafios em relação ao futuro.

A política de recrutamento de colaboradores contribui para a concretização da missão da Instituição em benefício das pessoas que direta ou indiretamente beneficiam dos nossos serviços. A Instituição segue os procedimentos de seleção de recursos humanos, obedecendo às orientações internas/requisitos das funções e à legislação, procurando contratar recursos humanos com competências adequadas à promoção da qualidade de vida dos utentes. A Instituição potencia uma cultura de envolvimento, bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem contínua dos colaboradores para benefício das pessoas servidas, pelo que em 2021, proporcionou aos seus colaboradores diversas ações de formação, com base nas suas

necessidades específicas e especificidades de cada serviço e categoria profissional, abrangendo as áreas inerentes aos serviços.

Os gastos com o pessoal em 2021 aumentaram 2,1% (aproximadamente 50.000 euros) em relação ao período de 2020 e representaram 70,5% da receita operacional da Instituição. O ano iniciou com a alteração da RMMG – Remuneração Mínima Mensal Garantida de 635.00€ para 665,00€ (+4,72%). A partir de 1 de julho foram atualizados os valores inerentes à generalidade das categorias profissionais, através da publicação da respetiva tabela salarial no BTE - Boletim do Trabalho e Emprego.

Como mecanismo de ajustamento e compensação a Santa Casa beneficiou dos apoios financeiros às entidades empregadoras, cujo setor de atividade se encontrasse sujeito ao dever de encerramento. A Instituição encerrou os equipamentos ligados à Infância da N. S.ª da Lapa e da N. S.ª da Guia de 22 de janeiro a 14 de março de 2021. Entre os apoios financeiros atribuídos à Instituição e destinados exclusivamente ao pagamento de remunerações usufruímos do “layoff simplificado, pago pela Segurança Social e do “Apoio à normalização da atividade económica, pago pelo IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional.

A taxa de absentismo regrediu ligeiramente, passando dos 13,08% de 2020, para 12,22% em 2021, mesmo assim, acima dos valores médios pré-pandemia que se situava nos 11,00%.

9. Património e Investimento

As melhorias contínuas de todo o parque edificado aonde se desenvolvem os serviços, continua a ser a prioridade Institucional, oferecendo aos utentes e colaboradores melhores condições de vida e de trabalho respetivamente. Paralelamente, existe uma aposta ao nível da modernidade e dotação tecnológica e de equipamentos que permitam a prossecução de um melhor serviço.

O total dos bens adquiridos e das benfeitorias realizadas no período, é de 110.925,06€, a seguir relacionadas por equipamento:

- LAR S. JOÃO DE DEUS – 22.710,18€

Benfeitorias em instalações – 8.333,89€ (resto do valor relativo à substituição do telhado);
Instalação de 2 termoacumuladores – 10.527,21€; Equipamento básico – 2.968,00€;
Equipamento diverso – 881,08€.

- LAR JORGE REIS – 42.979,59€

Pavimentação em betão betuminoso - 41.161,12€; Equipamento diverso – 1.818,47€.

- CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA N.ª S.ª DA LAPA – 42.538,42€

Renovação do recreio e pavimentação exterior – 26.992,06€; Alteração do piso na creche – 4.159,68€; Adaptação para pessoas de mobilidade condicionada do WC do CATL – 8.850,60€;
Equipamento básico – 450,00€; Equipamento diverso – 2.086,08€.

- CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA N.ª S.ª DA GUIA – 689,87€

Equipamento diverso – 689,87€.

- SEDE – 2.007,00€

Substituição do soalho na sala aonde funciona o escritório – 2.007,00€.

Neste período foram ainda contabilizadas as aquisições por doação e posterior alienação dos seguintes prédios urbanos, relativos à herança de Maria Almerinda Figueiredo de Sá:

- 50% das Frações D e Q do artigo urbano n.º 1454 da freguesia de Maximinos, concelho de Braga, alienadas por 49.000,00€.

10. Situação Patrimonial

O balanço da Instituição, à data de 31 de dezembro de 2021, totaliza 4.396.968,14€ e apresenta Fundos Patrimoniais no valor de 3.815.274,18€. Tem uma excelente estrutura financeira, conforme demonstram os rácios de autonomia financeira de 86.77%, o rácio de liquidez geral de 1,34 e o rácio da cobertura do ativo não corrente de 1,05.

A Instituição não apresenta qualquer endividamento bancário, sendo o seu passivo corrente constituído por valores decorrentes da sua atividade económica normal. O passivo não corrente é nulo.

O Cash-Flow de 2021 é positivo de 207.996,53€.

11. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não ocorreram factos especialmente relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras, desde o fecho do período em 31 de dezembro de 2021, até à data da elaboração do presente relatório, exceto quanto ao referido na nota 26 – Acontecimentos após a data do balanço, do “Anexo” às Demonstrações Financeiras.

12. Montante global dos débitos da Instituição ao setor público estatal, cujo pagamento esteja em mora.

A Mesa Administrativa informa que não existem dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do artigo 2º do decreto-lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Mesa Administrativa informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Resultados e proposta para a sua aplicação

A Instituição apurou no período de 2021 um resultado líquido negativo de 17.168,18€ (dezassete mil, cento e sessenta e oito euros e dezoito cêntimos). Propomos que o mesmo seja levado à conta de Resultados Transitados.

14. Nota Final

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão termina o ano de 2021 com a convicção do cumprimento do seu Compromisso, a sua Missão e a transmissão de todos os valores que lhe são intrínsecos. Não poderíamos deixar de manifestar uma palavra de agradecimento a todos os Utentes, aos Irmãos da Santa Casa, às Instituições Locais, Regionais e Nacionais que, direta ou indiretamente, têm apoiado e colaborado com a Instituição.

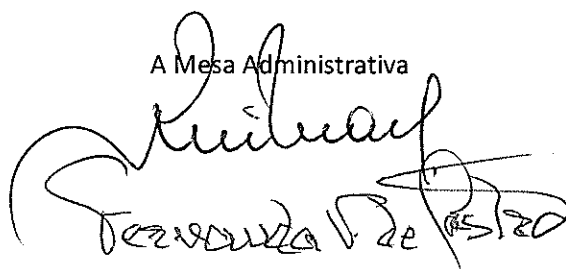
Ao Revisor Oficial de Contas, manifestamos também o nosso reconhecimento pelo empenhamento e disponibilidade que sempre manifestou e pela forma atenta e rigorosa com que exerceu as suas funções.

É também merecedor de reconhecimento o entusiasmo, dedicação e competência demonstrados no dia-a-dia, pelos colaboradores da Instituição.

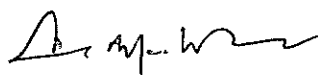
Finamente, uma palavra de agradecimento aos membros da Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pelo acompanhamento das atividades da Irmandade e pela disponibilidade sempre manifestada para o diálogo.

Vila Nova de Famalicão, 1 de março de 2022

A Mesa Administrativa

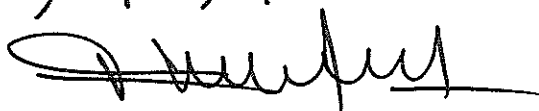


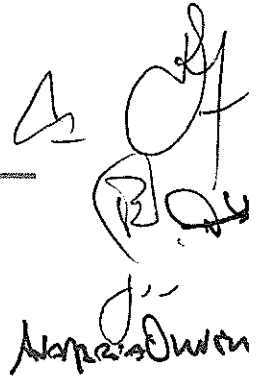
Rui Luís
Presidente da Mesa



Alc...

Antónia Augusta Oliveira Soares





Composição dos órgãos sociais para o quadriénio de 2021 - 2024

Mesa da Assembleia Geral

Membros efetivos:

José Machado Nogueira (Presidente)
Paula Cristina Neves Veloso de Carvalho Sampaio Matos
José Mário Pinto Machado Ruivo

Membros suplentes:

Acácio Carvalho Rego da Silva
Luís Filipe Matos de Araújo Maia

Mesa Administrativa

Membros efetivos:

Rui Manuel Matos de Araújo Maia (Provedor)
Paulo Manuel Perestrelo Malheiro Fernandes
Fernanda Rufina Martins Coelho Vieira de Castro
Fernando Artur Aluai de Abreu
Ana Maria Almeida Oliveira Sampaio
Jorge Manuel Viera da Costa Mesquita
Pedro Manuel Pinto Machado Ruivo

Membros suplentes:

Francisco Manuel Oliveira Freitas
Manuel Marcos de Sousa Guedes Carvalho Fonseca
Vítor Augusto Pinho Silva

Conselho Fiscal

Membros efetivos:

Joaquim Costa Correia Araújo
Carlos Miguel Carneiro Freitas
Guilherme Manuel Magalhães Moreira

Membros suplentes:

José Carlos Neves de Carvalho
Joaquim Azevedo de Macedo
João Francisco Malheiro Carvalho

